

Demonstrações contábeis Individuais e Consolidadas

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas 1

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas auditadas

Balanços patrimoniais.....	6
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente.....	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às Demonstrações contábeis individuais e consolidadas.....	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

**Aos Acionistas e Diretores da
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.**

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis individuais e consolidadas de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do ativo contratual da concessão

Veja as Notas 3.2 e 5 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 apresenta o saldo do ativo contratual da concessão no montante de R\$ 313.827 mil na controladora e R\$ 454.272 mil no consolidado, reconhecido em contrapartida a receita de construção da infraestrutura de transmissão e de remuneração do ativo contratual da concessão.</p> <p>A modelagem financeira utilizada na mensuração do ativo contratual da concessão inclui, entre outros elementos, a determinação de custos e, conseqüentemente, as margens de lucratividade referentes a receita de construção, melhoria, operação e manutenção da infraestrutura de transmissão. Essas margens são calculadas com base nas características e na complexidade de cada contrato de concessão, incluindo a estimativa de recebimentos por meio da Receita Anual Permitida (RAP) do leilão e em relação aos custos para a construção, melhoria, operação e manutenção da infraestrutura de transmissão. Adicionalmente, devido à característica de longo prazo do ativo contratual da concessão, a modelagem financeira também inclui a determinação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos futuros provenientes da RAP.</p> <p>Devido à relevância do saldo do ativo contratual da concessão, a mensuração do ativo contratual da concessão foi considerada significativa para nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">(i) Obtenção dos cálculos elaborados pela Companhia para mensuração do ativo contratual da concessão;(ii) Entendimento do processo e avaliação do desenho dos controles internos relevantes utilizados pela Companhia, no curso da auditoria, relacionados a mensuração do ativo contratual da concessão;(iii) Revisão da metodologia de cálculo utilizada para mensuração do ativo contratual da concessão, análise da consistência das premissas utilizadas no exercício corrente em relação às anteriormente definidas, e avaliação da taxa de desconto utilizada para determinação do componente de financiamento significativo do contrato de concessão.(iv) Por meio de base amostral, realizamos a inspeção documental dos custos incorridos durante o exercício, bem como, análise qualitativa das adições realizadas nos projetos de construção. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a mensuração do ativo contratual da concessão, é aceitável no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, tomadas em conjunto.</p>

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 05 de março de 2026
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Ativo	Not	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	27.541	57.029	29.141	57.309
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias		3.113	3.088	3.939	4.004
Ativo contratual da concessão	5	66.344	64.126	81.578	79.287
Imposto de renda e contribuição social		1.666	90	1.763	100
Outros tributos compensáveis		70	62	199	182
Dividendos a receber	6	2.589	3.844	-	-
Outros ativos		621	1.149	1.719	2.117
		101.944	129.388	118.339	142.999
Ativo Não Circulante					
Contas a receber da concessão – Concessionárias e permissionárias		4.152	3.611	4.717	4.126
Ativo contratual da concessão	5	247.483	277.479	372.694	407.695
Outros ativos		119	286	6.169	5.788
Investimentos	6	131.639	133.588	-	-
Imobilizado		180	16.271	246	16.348
Intangível		2.652	13	3.403	818
		386.225	431.248	387.229	434.775
Total do Ativo		488.169	560.636	505.568	577.774

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Not	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo					
Passivo Circulante					
Debêntures	7	31.460	29.788	31.460	29.788
Arrendamento mercantil	8	71	4.200	85	4.214
Fornecedores		2.314	1.118	3.591	2.215
Imposto de renda e contribuição social a pagar		2.187	2.920	2.509	3.095
Outros tributos a pagar		2.843	2.508	3.149	2.765
Encargos regulatórios	9	2.180	2.175	2.371	2.342
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	11	4.412	4.264	5.425	5.272
Outros passivos		780	920	1.831	2.038
		46.247	47.893	50.421	51.729
Passivo Não Circulante					
Debêntures	7	106.482	157.574	106.482	157.574
Arrendamento mercantil	8	11	16.164	13	16.178
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	96.903	94.040	101.691	98.544
Encargos regulatórios	9	474	332	582	457
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	11	16.767	18.452	25.094	27.111
Outros passivos		17	16	17	16
		220.654	286.578	233.879	299.880
Total do Passivo		266.901	334.471	284.300	351.609
Patrimônio Líquido					
Capital social	13	127.262	127.262	127.262	127.262
Reservas de lucro	13	68.480	82.151	68.480	82.151
Proposta de distribuição de dividendos	13	25.526	16.752	25.526	16.752
Total do Patrimônio Líquido		221.268	226.165	221.268	226.165
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		488.169	560.636	505.568	577.774

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita de operação e manutenção		18.086	17.666	21.914	21.396
Receita de implementação de infraestrutura		4.959	-	4.959	-
Remuneração do ativo contratual da concessão		32.869	50.191	42.797	66.274
(-) Parcela variável		(69)	(16)	(106)	(172)
Receita Operacional Líquida	16	55.845	67.841	69.564	87.498
Custo dos Serviços Prestados					
Pessoal		(3.028)	(2.748)	(4.077)	(3.711)
Material e serviços de terceiros		(3.941)	(4.015)	(4.750)	(5.877)
Depreciação e amortização		(1.042)	(2.504)	(1.042)	(2.504)
Reversão de contingências		-	-	(119)	-
Outros		(386)	(458)	(499)	(532)
Custo de implementação de infraestrutura		(4.750)	-	(4.750)	-
Lucro Bruto		42.698	58.116	54.327	74.874
(Despesas) Operacionais					
Pessoal e administradores		(1.824)	(1.787)	(2.172)	(2.042)
Material e serviços de terceiros		(492)	(409)	(743)	(560)
Depreciação e amortização		(67)	(59)	(79)	(70)
Outras (despesas) operacionais, líquidas		(458)	(473)	(425)	(394)
		(2.841)	(2.728)	(3.419)	(3.066)
Resultado de equivalência patrimonial	6	10.902	16.185	-	-
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		50.759	71.573	50.908	71.808
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	17	5.334	2.555	6.334	3.302
Despesas financeiras	17	(21.534)	(21.328)	(21.678)	(21.554)
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda		34.559	52.800	35.564	53.556
Imposto de Renda e Contribuição Social					
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(3.541)	(4.774)	(4.262)	(5.467)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10 e 18	(2.863)	(5.489)	(3.147)	(5.552)
Lucro líquido do exercício		28.155	42.537	28.155	42.537

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	28.155	42.537	28.155	42.537
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	28.155	42.537	28.155	42.537

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros						Total
	Capital Social	Reserva legal	Reserva especial para incentivos fiscais	Reservas de Retenção de Lucros	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros Acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	127.262	25.452	26.696	54.717	-	-	234.127
Pagamento de dividendos sobre lucros retidos	-	-	-	(33.154)	-	-	(33.154)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	42.537	42.537
Destinação proposta à A.G.O.:							
Incentivo fiscal	-	-	8.440	-	-	(8.440)	-
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	(17.345)	(17.345)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	16.752	(16.752)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	127.262	25.452	35.136	21.563	16.752	-	226.165
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(16.752)	-	(16.752)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	28.155	28.155
Destinação proposta à A.G.O.:							
Incentivo fiscal	-	-	7.892	-	-	(7.892)	-
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	(16.300)	(16.300)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	3.963	(3.963)	-
Dividendos adicionais da reserva de retenção de lucros	-	-	-	(21.563)	21.563	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	127.262	25.452	43.028	-	25.526	-	221.268

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	34.559	52.800	35.564	53.556
Itens que não afetam as disponibilidades				
Depreciação e amortização	1.109	2.563	1.121	2.574
Equivalência patrimonial	(10.902)	(16.185)	-	-
Juros e variação monetária	21.312	21.144	21.541	21.247
Baixa de ativos	15.001	-	15.055	58
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	(1.537)	(835)	(1.864)	(700)
	59.542	59.487	71.417	76.735
(Aumento) redução no ativo				
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias	(566)	(226)	(526)	(575)
Ativo contratual da concessão	27.778	12.538	32.710	10.497
Impostos a recuperar	(1.584)	309	(1.680)	353
Outros ativos	695	726	17	(9)
	26.323	13.347	30.521	10.266
Aumento (redução) no passivo				
Fornecedores	1.196	148	1.376	188
Tributos e contribuições sociais a recolher	521	1.480	561	1.396
Encargos regulatórios	(3)	(1.003)	(221)	(1.107)
Outros passivos	(139)	149	(205)	921
Pagamento de Imposto de renda e contribuição social	(4.460)	(5.003)	(5.025)	(5.592)
	(2.885)	(4.229)	(3.514)	(4.194)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	82.980	68.605	98.424	82.807
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Recebimento de dividendos	14.106	18.001	-	-
Aplicações no imobilizado	(19)	(12)	(21)	(12)
Aplicações no intangível	(2.639)	-	(2.639)	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	11.448	17.989	(2.660)	(12)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Debêntures captadas	34.865	97.543	34.865	97.543
Pagamento de dividendos	(33.052)	(55.375)	(33.052)	(55.375)
Juros pagos de debêntures	(23.832)	(16.586)	(23.832)	(16.586)
Pagamento de principal de debêntures	(85.000)	(68.876)	(85.000)	(68.876)
Pagamento de arrendamento mercantil	(16.897)	(4.374)	(16.913)	(4.387)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamentos	(123.916)	(47.668)	(123.932)	(47.681)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(29.488)	38.926	(28.168)	35.114
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	57.029	18.103	57.309	22.195
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	27.541	57.029	29.141	57.309
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(29.488)	38.926	(28.168)	35.114

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Contexto operacional

A Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (“ETEP”) foi constituída como sociedade anônima de capital fechado em 23 de março de 2001 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos, bem como participação em outras sociedades ou empreendimentos. Domiciliada no Brasil, sua sede está localizada na Rua Olimpíadas, 66 - 8º andar - Sala B - Vila Olímpia - São Paulo - SP.

A Companhia é controlada da Alupar Investimento S.A.

A ETEP e sua controlada possuem o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão

Concessionária	Participação	Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção	Data da entrada em operação comercial	Redução de 50% da RAP a partir do 16º ano de operação
ETEP	-	043/2001	30	2031	90.902	IGPM	ago/02	Sim
ESDE (**)	100%	025/2009	30	2039	19.261	IPCA	fev/13	Não

(*) A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, a ANEEL e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 3.481 de 15/07/2025.

(**) RAP acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente o valor será de R\$ 20.014 para ESDE (vide nota 11).

Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da ETEP e sua controlada entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo Poder Concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na Nota Explicativa “Ativo contratual da concessão”.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As Demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 05 de março de 2026.

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *Internacional Accounting Standards Board (IASB)*.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de preparação e apresentação

As Demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requerido pelas normas contábeis.

A Administração da Companhia fez a apresentação do custo e das despesas por natureza.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da ETEP e de sua controlada. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações e de sua controlada.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas Demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação da margem de lucro, determinação das receitas de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção, determinação da taxa de juros de desconto do ativo contratual, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido,

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos ambientais, fiscais, cíveis e trabalhistas.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a ETEP e sua controlada efetuam análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e receita de operação e manutenção como ativo contratual.

Momento de reconhecimento do ativo contratual

A Administração da ETEP e de sua controlada avaliam o momento de reconhecimento do ativo contratual com base nas características econômicas do contrato de concessão, na medida em que satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão e na medida que incorre com os gastos de operação e manutenção, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, observando as margens de construção. Após a entrada em operação comercial inicia-se o reconhecimento da receita de O&M calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem. A parcela do ativo contratual indenizável, existente é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

Determinação da margem de lucro

A margem de lucro é calculada para cada tipo de obrigação de performance.

A margem de construção é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais eles são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. Uma vez adotadas, as margens não se alteram até o final do fluxo de realização.

A margem de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia e sua controlada têm direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia e sua controlada para precificarem o componente financeiro do ativo contratual na data do início do contrato de concessão em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos. Quando o Poder Concedente, por meio da Revisão Tarifária Periódica – RTP, revisa as receitas que a ETEP e sua controlada tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto da Companhia e sua controlada, que varia entre 7,85% a.a a 11% a.a; e (ii) atualizado pelo IGP-M ou IPCA.

Determinação das receitas de implementação de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto.

Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita considerando a margem de operação e manutenção, conforme contraprestação dos serviços.

PV (Parcela variável)

A Companhia e sua controlada dispõem de um percentual de 0,68% de Parcela Variável por indisponibilidade calculados sobre o fluxo de entrada de caixa, apurado com base histórica para cobrir os eventuais custos com perturbações no sistema elétrico.

2.5. Base de consolidação

As Demonstrações contábeis individuais e consolidadas compreendem as Demonstrações contábeis da ETEP e de sua controlada em 31 de dezembro de 2025. O controle é obtido quando a ETEP estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida. As Demonstrações contábeis da controlada é incluída nas Demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controlada, de forma que as

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros;

- Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados (prejuízo) das empresas controladas;

A tabela a seguir demonstra o investimento societário que a ETEP detém em 31 de dezembro de 2025:

Razão Social	Tipo de investimento	% participação	
		31/12/2025	31/12/2024
ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.	Controlada	100%	100%

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. A participação dos acionistas não controladores, das empresas consolidadas integralmente, é destacada na demonstração do resultado consolidado e na mutação do patrimônio líquido.

3. Sumário das políticas contábeis materiais

3.1. Reconhecimento da receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia e sua controlada são classificadas nos seguintes grupos:

3.1.1 Receita de implementação de infraestrutura

Refere-se à receita relativa a obrigação de performance relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos, corrigido pelo índice inflacionário e do diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Para estimar essa receita de implementação de infraestrutura, a Companhia e sua controlada utilizam um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do período, por esse motivo os projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também dos tributos e encargos regulatórios.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.1.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço e de leilão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, que é registrada na rubrica “ativo contratual da concessão” e determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

3.1.3 Receitas de operação e manutenção

As receitas de operação e manutenção tem início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também dos tributos e encargos regulatórios.

As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas a correção monetária pela variação do IGPM ou IPCA e ao diferimento das contribuições para o Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, bem como Encargos Regulatórios (Reserva Global de Reversão “RGR” e Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica “TFSEE”) registrados no passivo circulante e não circulante.

3.1.4 Receitas de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A Companhia classifica juros recebidos decorrentes das aplicações financeiras como fluxos de caixa das atividades de investimento.

3.2. Ativo contratual da concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Ocorre a cessão de posse desses bens, que são operados nas condições previstas no contrato de concessão, para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

medida que a Companhia e sua controlada operam e mantêm a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês é transferida para concessionárias e permissionárias.

No cálculo do ativo contratual é estimado no início da concessão, considerando o prazo previsto no contrato e alterado em eventual prorrogação, sendo formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. Em caso de Revisão Tarifária Periódica (RTP), os recebimentos futuros são revistos e os fluxos do ativo contratual são mensurados novamente.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A remuneração recebida ou a receber é alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Os ativos da concessão são classificados como:

Contas a receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias: Após o término da fase de construção, à medida que a Companhia e sua controlada operam e mantêm a infraestrutura, mensalmente, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro ao custo amortizado, é registrada em concessionárias e permissionárias, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

3.3. Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são classificados como "valor justo por meio do resultado".

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.4. Investimentos

Os investimentos da Companhia em sua controlada são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas Demonstrações contábeis individuais (controladora) e consolidadas.

3.5. Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

3.6. Instrumentos financeiros – Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.7. Encargos regulatórios

Os encargos regulatórios de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Ministério de Minas e Energias (MME), são programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Reserva Global de Reversão (RGR) é um encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica, sendo que seu valor anual equivale a 2,6% da RAP. E os valores da Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE), são incidentes sobre a transmissão de energia elétrica e são equivalentes a 0,4% da RAP. Estes saldos estão refletidos no passivo circulante e não circulante na rubrica “Contribuições e encargos regulatórios diferidos”, o valor destinado a esses programas, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.8. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a ETEP e sua controlada possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

3.9.1. Provisões para demandas judiciais e administrativas

As provisões para demandas judiciais e administrativas são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.9. Arrendamentos

A ETEP e sua controlada avaliam, na data de início do contrato de arrendamento, aluguel, serviços prestados, entre outros, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a ETEP e sua controlada reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

Abaixo detalhes da Cessão do direito de uso dos equipamentos instalados, disponíveis na subestação Tucuruí,

Data do contrato	Vencimento do contrato	Taxa de desconto a.a	Taxa de desconto a.m
29/05/2002	29/05/2031	11,30%	0,90%

Em julho de 2025 houve o encerramento do contrato que a Companhia mantinha com a Eletronorte.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.10. Tributação

3.10.1. Reforma Tributária - Transição para o Novo Sistema Tributário Nacional (Emenda Constitucional nº 132/2023).

Contextualização

Em 20 de dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o Consumo no Brasil, estabelecendo o modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) *Dual*. A implementação do novo regime ocorrerá de forma gradual, conforme disciplinado por Leis Complementares específicas já divulgadas, e outras que serão divulgadas ao longo do período de transição previsto na legislação.

Nesse contexto, a Companhia estará sujeita à substituição dos tributos atualmente incidentes sobre o consumo, com a unificação do PIS e da COFINS na Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e do ICMS e do ISS no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios. Os novos tributos incidirão, quando aplicável, sobre as operações de transmissão de energia elétrica destinadas a consumidores finais conectados ao sistema.

A Lei Complementar nº 214/2025, sancionada em 16 de janeiro de 2025, estabeleceu normas gerais aplicáveis à transição para o novo modelo, disciplinando aspectos operacionais da CBS e do IBS, critérios de repartição das receitas tributárias entre os entes federativos e promovendo alterações relevantes na tributação federal, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026.

Período de Transição e Exercício de 2026

A partir de 1º de janeiro de 2026, a Companhia passou a integrar a fase de testes do novo sistema tributário, com a aplicação das alíquotas transitórias de 0,9% para a CBS e 0,1% para o IBS. As alíquotas definitivas ainda não foram estabelecidas e serão fixadas por Lei Complementar específica ainda não publicada até a data de emissão destas demonstrações financeiras.

De acordo com a legislação vigente, os valores apurados a título de IBS e CBS não serão financeiramente exigíveis no exercício de 2026 e, por consequência, não haverá impacto direto sobre a carga tributária efetiva ou sobre o resultado do período.

Entretanto, há obrigatoriedade de implementação do novo modelo, incluindo adequações relevantes nos sistemas de informação, na emissão de documentos fiscais e no cumprimento de obrigações acessórias, as quais vêm sendo conduzidas pela Administração ao longo do exercício.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Julgamentos, Estimativas e Incertezas

A Administração da Companhia acompanha continuamente a evolução da regulamentação da Reforma Tributária do consumo, em especial a definição das alíquotas definitivas do IBS e da CBS e seus potenciais efeitos sobre a formação de preços, a estrutura contratual e o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão.

Diante da ausência de definição das alíquotas finais e da complexidade inerente ao período de transição, permanecem incertezas relevantes quanto aos impactos futuros sobre a carga tributária efetiva, os fluxos de caixa e os resultados da Companhia. Tais impactos serão reconhecidos nas demonstrações financeiras quando houver maior grau de certeza quanto à sua ocorrência, em conformidade com os pronunciamentos contábeis aplicáveis (IFRS/CPC)

3.10.2. Tributos sobre a receita

As receitas da ETEP e sua controlada estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% e 7,6%;

3.10.3. Imposto de renda e contribuição social

Correntes

O imposto de renda e a contribuição social da ETEP são calculados pelo regime de lucro real e sua controlada ESDE é optante pelo regime do lucro presumido.

A ETEP possui incentivo fiscal aprovado pela SUDAM pelo prazo de até 31 de dezembro de 2025, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

Diferidos

Tributos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de Demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição diferida.

Tributos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de tributos (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.11. Normas e interpretações novas e revisadas

No exercício corrente, a Companhia e sua controlada adotaram as alterações e novas interpretações às IFRS e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026.

- Alterações ao CPC 26/IAS 21 – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes / Passivos não circulantes com Covenants.

3.12. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia e sua controlada não adotaram as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações contábeis.

3.12.1. IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26 / IAS 1 Apresentação das Demonstrações contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará;
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações contábeis;
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações contábeis.

Além disso, todas as entidades serão obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia e sua controlada ainda estão no processo de avaliação do impacto do novo padrão.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.12.2. Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia e sua controlada:

- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7; aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026);
- IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública (aplicáveis para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027).

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	65	109	119	226
Aplicações financeiras	27.476	56.920	29.022	57.083
	27.541	57.029	29.141	57.309

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e referem-se substancialmente à certificados de depósitos bancários, fundos de investimento em renda fixa, com liquidez imediata e aplicações financeiras automáticas, que são vinculadas a conta corrente, onde a remuneração efetiva dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, considerando que a administração registra essas aplicações pelo percentual de rendimento auferido, portanto sem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado. As aplicações financeiras possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média, 97,51% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (97,04% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

5. Ativo contratual da concessão

Movimentação do ativo contratual da concessão (saldos acumulados):

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	354.143	497.480
Receita de operação e manutenção	18.904	22.936
Remuneração do ativo contratual da concessão	53.708	71.092
(-) Parcela variável	(17)	(186)
Realização do ativo contratual (recebimento)	(85.133)	(104.340)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	341.605	486.982
Receita de operação e manutenção	19.448	23.603
Remuneração do ativo contratual da concessão	35.345	46.123
Receita de implementação de infraestrutura	5.332	5.332
(-) Parcela variável	(74)	(114)
Realização do ativo contratual (recebimento)	(87.829)	(107.654)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	313.827	454.272
Ativo contratual da concessão – circulante	66.344	81.578
Ativo contratual da concessão - não circulante	247.483	372.694
Total circulante e não circulante	313.827	454.272

O ativo contratual da concessão inclui os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A ETEP e sua controlada consideram que o valor da indenização a que terão direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo contratual somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6. Investimentos

- a) Movimentação dos investimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	<u>ESDE</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>134.823</u>
Resultado de equivalência patrimonial	16.185
Dividendos declarados	<u>(17.420)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>133.588</u>
Resultado de equivalência patrimonial	10.902
Dividendos declarados	<u>(12.851)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>131.639</u>

A ETEP reconhece, nas Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o investimento em controlada por meio do método de equivalência patrimonial.

- b) Participação no resultado e patrimônio líquido:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Dados controlada ESDE:		
Total do ativo	152.111	154.570
Total do passivo	20.472	20.982
Patrimônio líquido	131.639	133.588
Receita líquida	13.719	19.657
Lucro líquido	10.902	16.185
Quantidade de ações	72.835.845	72.835.845
Participação da ETEP:		
Quantidade de ações	72.835.844	72.835.844
no capital social	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>
no resultado	<u>10.902</u>	<u>16.185</u>
no patrimônio líquido	<u>131.639</u>	<u>133.588</u>

Em 31 de dezembro de 2025 a Controladora possui saldo de dividendos a receber em R\$ 2.589 (R\$ 3.844 em 31 de dezembro de 2024) decorrentes da destinação de cada exercício. A expectativa de recebimento destes montantes é até o final do exercício de 2026.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7. Debêntures

	Controladora					Consolidado				
	31/12/2025				31/12/2024	31/12/2025				31/12/2024
	Circulante		Não Circulante		Total	Circulante		Não Circulante		Total
	Encargos	Principal	Principal	Total		Encargos	Principal	Principal	Total	
Debêntures 4ª emissão	-	-	-	-	51.409	-	-	-	-	51.409
Debêntures 5ª emissão	-	-	-	-	35.506	-	-	-	-	35.506
Debêntures 6ª emissão	4.706	(97)	97.747	102.356	100.447	4.706	(97)	97.747	102.356	100.447
Debêntures 7ª emissão	711	26.140	8.735	35.586	-	711	26.140	8.735	35.586	-
	5.417	26.043	106.482	137.942	187.362	5.417	26.043	106.482	137.942	187.362

A tabela a seguir apresenta as condições contratadas das debêntures e dos arrendamentos mercantis da ETEP:

Financiadores / credores	Empresas operacionais	Controladora					
		Condições contratadas					
		Data da Contratação	Vencimento	Principal contratado	Taxa a.a.		Periodicidade da amortização
			Indexador	Juros (%)	Principal	Encargos	
Debêntures 6ª emissão	ETEP (*)	set/24	set/29	100.000	CDI + 0,89%	4 e 5º ano	Semestral
Debêntures 7ª emissão	ETEP (*)	nov/25	mai/27	35.000	CDI + 0,18%	1º e 2º ano	Semestral

(*) As cláusulas restritivas das debêntures simples da ETEP estão relacionadas ao limite da dívida líquida, que em 31 de dezembro de 2025, atualizado pelo IGP-M, era de R\$300.569 para a 6ª e 7ª emissão.

O custo de captação é amortizado pelo método dos juros efetivos e se encerra no prazo de vencimento das debêntures.

A Administração da ETEP e sua controlada mantêm o acompanhamento de todas as cláusulas de covenants definidas em contrato.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

A movimentação do saldo é conforme segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	156.361	156.361
Ingresso de dívidas	97.543	97.543
Juros e variação monetária	18.920	18.920
Amortização do principal e dos juros	(85.462)	(85.462)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	187.362	187.362
Ingresso de dívidas	34.865	34.865
Juros e variação monetária	24.547	24.547
Amortização do principal e dos juros	(108.832)	(108.832)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	137.942	137.942

Os vencimentos anuais das debêntures do não circulante são como segue:

	<u>Controladora e Consolidado</u>
2027	8.627
2028	48.907
2029	48.948
	106.482

8. Arrendamento mercantil

	<u>Controladora</u>				<u>Consolidado</u>			
	<u>31/12/2025</u>			<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>			<u>31/12/2024</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>		<u>Total</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>		<u>Total</u>
<u>Principal</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>	<u>Principal</u>		<u>Principal</u>	<u>Total</u>		
Arrendamento mercantil	71	11	82	20.364	85	13	98	20.392
	71	11	82	20.364	85	13	98	20.392

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

9. Encargos regulatórios

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
P&D - Pesquisa & Desenvolvimento	1.135	1.357	1.351	1.582
Quota de reserva global de reversão - RGR	1.198	870	1.216	880
Taxa de fiscalização - ANEEL	321	280	386	337
	2.654	2.507	2.953	2.799
Passivo circulante	2.180	2.175	2.371	2.342
Passivo não circulante	474	332	582	457

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, a ICPC 01 (R1) – Interpretação Contratos de Concessão, OCPC 05 – Orientação Contratos de Concessão e CPC 06 (R2) – Arrendamentos, mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos o qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

	Controladora				
	31/12/2023	Reconhecido no resultado	31/12/2024	Reconhecido no resultado	31/12/2025
Ativo fiscal diferido					
Art. 69 inciso IV Lei nº 12.973/14	(2.244)	164	(2.080)	(867)	(2.947)
Subtotal	(2.244)	164	(2.080)	(867)	(2.947)
Passivo fiscal diferido					
Diferimento do lucro da construção conforme art. 84 inciso II IN nº 1515/14	91.867	5.560	97.427	2.428	99.855
Outros itens	(1.072)	(235)	(1.307)	1.302	(5)
Subtotal	90.795	5.325	96.120	3.730	99.850
IRPJ e CSLL diferidos, líquido	88.551	5.489	94.040	2.863	96.903

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	Consolidado					
	31/12/2023	Reconhecido no resultado	Reclassificação	31/12/2024	Reconhecido no resultado	31/12/2025
Ativo fiscal diferido						
Art. 69 inciso IV Lei nº 12.973/14	(2.244)	164	-	(2.080)	(867)	(2.947)
Subtotal	(2.244)	164	-	(2.080)	(867)	(2.947)
Passivo fiscal diferido						
Diferimento do lucro da construção conforme art. 84 inciso II IN nº 1515/14	96.281	5.624	-	101.905	2.711	104.616
Outros itens	(1.072)	(236)	27	(1.281)	1.303	22
Subtotal	95.209	5.388	27	100.624	4.014	104.638
IRPJ e CSLL diferidos, líquido	92.965	5.552	27	98.544	3.147	101.691

11. Contribuições e encargos regulatórios diferidos

O diferimento das contribuições sociais e encargos regulatórios é relativo à diferença temporária das receitas de infraestrutura e remuneração do ativo de concessão apurada sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
PIS e COFINS diferidos (*)	11.765	12.468	16.892	17.773
Quota de reserva global de reversão - RGR diferido	8.160	8.881	11.811	12.661
Taxa de fiscalização - ANEEL diferido	1.254	1.367	1.816	1.949
	21.179	22.716	30.519	32.383
Passivo circulante	4.412	4.264	5.425	5.272
Passivo não circulante	16.767	18.452	25.094	27.111

(*) A Lei Complementar nº 214/2025 instituiu a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), estabelecendo o período de transição para substituição do PIS e da COFINS, com início em 1º de janeiro de 2026 e implementação gradativa conforme cronograma legal. Considerando que a Companhia possui saldos de PIS e COFINS diferidos cuja realização ultrapassa o exercício de 2026, e cujas reversões ocorrerão majoritariamente após o período de extinção desses tributos, previsto para 2027, tais passivos fiscais diferidos foram mensurados pelas alíquotas que se espera aplicar no período em que o passivo for liquidado, com base nas taxas que tenham sido substantivamente aprovadas até a data do balanço.

Embora a base constitucional para a extinção do PIS e da COFINS tenha sido estabelecida, a Companhia avalia que a mensuração dos efeitos contábeis de forma fidedigna ainda depende da conclusão da regulamentação infraconstitucional, por meio das respectivas Leis Complementares.

Especificamente para o setor de transmissão de energia elétrica, o regime de diferimento da CBS e do IBS, bem como as alíquotas aplicáveis que impactarão o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão, ainda estão sob definição regulatória. Dessa forma, a Administração da Companhia entende que a aprovação substantiva, para fins de mensuração contábil em seu cenário específico, deverá ser alcançada ao longo do exercício de 2026, momento em que procederá ao recálculo e aos registros contábeis correspondentes, inclusive com o ajuste no Ativo Contratual, de modo a refletir a neutralidade regulatória esperada.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

12. Provisão para demandas judiciais

Perda provável:

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia e sua controlada não possuíam demandas judiciais classificadas como perda "provável".

Perda possível:

Com base no parecer dos advogados externos e internos, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e sua controlada não possuíam demandas judiciais classificadas como perda "possível" (R\$166, em 31 de dezembro de 2024, na controlada referente à três processos de natureza trabalhista).

13. Patrimônio líquido

13.1. Capital social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$127.262, representado por 27.000.000 ações ordinárias e por 18.000.010 ações preferenciais, sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é a seguinte:

	Quantidade de ações			
	Integralizadas		% do capital	
	Ordinárias	Preferenciais	Votante	Total
Alupar Investimento S.A.	13.505.150	9.001.851	50,02%	50,02%
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	13.494.850	8.998.159	49,98%	49,98%
	27.000.000	18.000.010	100,00%	100,00%

13.2. Reservas de lucro

13.2.1 Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social integralizado, o qual já foi atingido. O saldo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$25.452.

13.2.2 Reserva de incentivo fiscal

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC nº 07, o valor correspondente ao incentivo SUDAM (Decreto nº 4.212/2002) apurado na vigência da Lei e contabilizado no resultado do exercício, sendo posteriormente transferido para reserva de lucro de incentivo fiscal e pode ser utilizado somente para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis, conforme previsto no artigo 545 do Regulamento do Imposto de Renda. O saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 43.028 (R\$ 35.136 em 31 de dezembro de 2024).

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

13.2.3 Reserva de retenção de lucros

Os valores mantidos em reserva de retenção de lucros serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas e disponibilidade de caixa da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$0 (R\$ 21.563 em 31 de dezembro de 2024).

13.2.4 Destinação do resultado

De acordo com o Estatuto Social da ETEP, os acionistas terão direito a receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado.

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	28.155	42.537
Incentivo fiscal	(7.892)	(8.440)
Constituição da reserva legal (*)	-	-
Base de cálculo de dividendos	20.263	34.097
Dividendos intermediários	(16.300)	(17.345)
Dividendos adicionais propostos	(3.963)	(16.752)
Saldo de lucros acumulados	-	-

(*) A reserva legal atingiu o limite de 20% do capital social, portanto não houve constituição no exercício de 2025.

Em 2025, os dividendos intermediários distribuídos superaram o valor do dividendo mínimo obrigatório. Desta forma, não houve a necessidade de destinação adicional para essa rubrica ao final do exercício.

14. Partes relacionadas

A remuneração da Administração, incluindo Diretores e membros do Conselho de Administração, totalizou R\$ 883 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 859 em 31 de dezembro de 2024), sendo composta por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação. Em 31 de dezembro de 2025, a ETEP não tinha contratos em aberto e não realizou operações envolvendo outras partes relacionadas.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

15. Receita operacional líquida

A receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional bruta	60.051	72.595	74.944	93.842
Receita de operação e manutenção	19.448	18.904	23.603	22.936
Receita de implementação de infraestrutura	5.332	-	5.332	-
Remuneração do ativo contratual da concessão	35.345	53.708	46.123	71.092
(-) Parcela variável	(74)	(17)	(114)	(186)
Deduções da receita operacional	(4.206)	(4.754)	(5.380)	(6.344)
PIS	(449)	(476)	(546)	(614)
COFINS	(2.070)	(2.195)	(2.517)	(2.832)
Quota para reserva global de reversão - RGR	(626)	(998)	(1.013)	(1.550)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(821)	(795)	(1.004)	(973)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(240)	(290)	(300)	(375)
Receita operacional líquida	55.845	67.841	69.564	87.498

16. Custo de implementação da infraestrutura

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Material	(4.638)	-
Serviços de terceiros	(69)	-
Outros	(43)	-
	(4.750)	-

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

17. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras	5.334	2.555	6.334	3.302
Receita de aplicações financeiras	5.006	2.534	5.398	2.899
Juros ativos	52	18	55	21
Outras receitas financeiras	276	3	881	382
Despesas financeiras	(21.534)	(21.328)	(21.678)	(21.554)
Encargos sobre debêntures, empréstimos e arrendamentos	(24.547)	(18.920)	(24.547)	(18.920)
Encargos sobre arrendamento mercantil	3.385	(2.244)	3.381	(2.247)
Variação monetária	(150)	20	(375)	(80)
Outras despesas financeiras	(222)	(184)	(137)	(307)
Resultado financeiro líquido	(16.200)	(18.773)	(15.344)	(18.252)

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

18. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do IR e da CS	34.559	52.800
Alíquota fiscal	34%	34%
	11.750	17.952
(+) Adição de ajuste a valor presente - IN 1515	21.809	21.048
(-) Exclusão de "AVP" - Art. 84 da IN 1515/2014	(24.602)	(23.705)
Equivalência patrimonial	(3.707)	(5.503)
Despesas e provisões indedutíveis	29	275
IFRS 15 O&M e pis-cofins-rgr+taxa	8.157	3.998
Outras	(24)	(25)
	13.413	14.041
Constituição de passivo (ativo) tributário diferido	2.863	5.489
Incentivo Fiscal	(7.892)	(8.440)
Lei Rouanet / Esporte / FIA	(429)	(419)
(-) Exclusão do Art. 69 Inc. IV da Lei 12.973/2014	(534)	(350)
Ajuste de exercícios anteriores	(1.017)	(58)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	6.404	10.263
Imposto de renda e contribuição social correntes	(3.541)	(4.774)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.863)	(5.489)
Taxa efetiva	18,53%	19,44%

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

19. Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se de seus correspondentes valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a ETEP não tinha contratos em aberto envolvendo operações com derivativos.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

- Caixa e bancos são classificados como pelo custo amortizado
- Equivalentes de caixa são classificados como valor justo por meio do resultado.
- Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias é classificado pelo custo amortizado.
- Empréstimos, debêntures, arrendamentos, líquidos dos custos a amortizar, e fornecedores são classificados como outros passivos financeiros e mensurados pelo custo amortizado.

b) Hierarquia do valor justo

A ETEP e sua controlada utilizam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
- Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis I e II, nem para dentro ou fora do nível III. A ETEP e sua controlada classificam os saldos de caixa e equivalentes de caixa como nível II.

c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da ETEP e da sua controlada podem ser assim identificados:

- *Risco de crédito* - a ETEP e sua controlada mantêm contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 1.730 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a ETEP e sua controlada mantêm contratos regulando a prestação de seus serviços nas Demais Instalações de Transmissão – DIT e com cláusula de garantia bancária;

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

- *Risco de preço* - a receita da ETEP é, nos termos do contrato de concessão, reajustada anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M e a receita da sua controlada ESDE é nos termos do contrato de concessão, reajustada anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA;
- *Risco de taxas de juros* - a atualização dos contratos de debêntures da ETEP está vinculada à variação do CDI;
- *Risco de liquidez* - a principal fonte de caixa da ETEP e da sua controlada é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e Demais Instalações de Transmissão - -DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

A Administração da Companhia e da sua controlada não consideram relevante sua exposição aos riscos acima uma vez que monitora o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação que julgue adequados para a continuação do negócio. Adicionalmente, variações relevantes nos indexadores que definem as taxas de juros dos financiamentos da Companhia são amenizadas pelo fato do faturamento da Companhia também estar atrelado à índices inflacionários e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

20. Benefícios a empregados

A ETEP e sua controlada oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale-transporte, vale-refeição e plano de previdência privada de contribuição definida. Não existem benefícios pós-emprego e pagamento baseado em ações.

Angelo Piovezan
Contador – CRC 1SP293614